



AGÊNCIA DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governo do Estado de São Paulo

Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo
DGR CGD Reunião do Conselho Diretor**PORTARIA ARTESP Nº 82, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023**

Aprova o Regimento Interno da Comissão de Apuração constituída pela Portaria ARTESP nº 35, de 16 de junho de 2023 e dá providências correlatas.

O **DIRETOR-GERAL** da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, em conformidade com o artigo 10, da Lei Complementar estadual nº 914, de 14 de janeiro de 2002, e com os artigos 19, inciso II, e 36, inciso VIII, ambos do Regimento Interno da ARTESP, e ainda

Considerando a deliberação tomada na **1070ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor, de 01/11/2023,**

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica aprovado, conforme Anexo, o Regimento Interno da Comissão de Apuração da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 01 de novembro de 2023.

Milton Roberto Persoli
Diretor Geral

(Processo 134.00013023/2023-18 - Portaria SEI! nº 11341090- Portaria ARTESP nº 82)



Documento assinado eletronicamente por **Milton Roberto Persoli, Diretor Geral**, em 01/11/2023, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11341090** e o código CRC **A5E5A06B**.



AGÊNCIA DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governo do Estado de São Paulo

Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo
DGR CGD Reunião do Conselho Diretor

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE APURAÇÃO

CAPÍTULO I

DA COMISSÃO DE APURAÇÃO

Seção I

Das Competências

Artigo 1º - Compete à Comissão de Apuração:

- I - instruir, conduzir e relatar os processos administrativos sancionatórios instaurados com fundamento nos artigos 41 e 43, do Decreto nº 29.912/89;
- II – acompanhar a elaboração de estudos e pareceres como subsídios ao processo de tomada de decisão;
- III - interagir, com a anuência da Diretoria Geral da ARTESP, com órgãos e entidades da Administração Federal, Estadual e Municipal, ou dos Poderes Legislativo e Judiciário;
- IV - votar sobre os assuntos discutidos e analisados nas reuniões para sua deliberação final, observada a restrição disposta no Art. 2º, II;
- V - ter, por princípios, a discricção, a objetividade, a independência e a imparcialidade na sua atuação, de modo a transmitir confiança à ARTESP e dar legitimidade aos seus atos, garantindo, assim, o exercício de suas atividades assegurando à elucidação do fato exigido pelo interesse da administração.

Seção II

Da Composição

Artigo 2º - A Comissão será constituída por 4 (quatro) membros, sendo 4 (quatro) titulares e 4 (quatro) suplentes, com amplos poderes de apuração, nos termos do §1º, do artigo 50, do Decreto 29.912/89.

- I - Dentre a composição descrita no caput deste artigo, serão designados pelo Diretor Geral da ARTESP o Presidente da Comissão e o relator, que ficará responsável exclusivamente por expor os fatos com embasamento técnico, sem direito a voto;
- II – O mandato dos membros da Comissão de Apuração será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.

Artigo 3º - A Comissão de Apuração contará com o apoio de 1 (um) Secretário Executivo, designado pelo Diretor Geral da ARTESP, por período estabelecido no ato de sua indicação, que prestará suporte técnico e administrativo.**Artigo 4º** - A identificação do impedimento ou suspeição de um membro da Comissão de Apuração será feita mediante solicitação de impedimento de qualquer um de seus membros, inclusive o impedido ou suspeito, ou por uma das partes envolvidas, desde que devidamente justificado o pedido, caso presente ao menos uma dentre as seguintes circunstâncias:

I - O integrante da Comissão de Apuração, ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, houver se manifestado anteriormente, em processo administrativo, a respeito da questão posta;

II - O integrante da Comissão de Apuração, ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito;

III - O integrante da Comissão de Apuração for amigo íntimo ou inimigo capital, bem como credor ou devedor do acusado.

§1º O impedimento ou suspeição decorrente de parentesco por afinidade cessará pela dissolução do casamento que lhe tiver dado causa, salvo sobrevivendo descendentes; mas, ainda que dissolvido o casamento sem descendentes, não funcionará como membro da Comissão o sogro, o padrasto, o cunhado, o genro ou enteado de quem for acusado no processo;

§2º Compete à própria Comissão de Apuração decidir sumariamente sobre o impedimento, a vista das alegações e provas ofertadas.

Artigo 5º - O Presidente da Comissão de Apuração será substituído pelo membro mais antigo, em caso de impedimento, suspeição ou vacância.

Artigo 6º - Os suplentes serão convocados, pelo Presidente, para integrar a Comissão de Apuração, nos casos de ausência, impedimento ou suspeição de qualquer um dos membros titulares.

Artigo 7º - Fica vedado acumular o cargo de Secretário Executivo com o de membro da Comissão de Apuração.

Artigo 8º - Cessará a investidura dos membros da Comissão com a extinção do mandato, a renúncia ou por desvio disciplinar ou ético-profissional definitivamente julgado na esfera administrativa.

Seção III

Da Remuneração

Artigo 9º – Pela participação na Comissão de Apuração, seus membros não farão jus ao recebimento de remuneração.

Seção IV

Das Atribuições dos Membros

Artigo 10 - Ao Presidente da Comissão de Apuração compete, originariamente:

I - presidir e orientar os trabalhos da Comissão, ordenar os debates, iniciar e concluir as deliberações;

II - aprovar o cronograma de atividades proposto pela Comissão;

III - aprovar previamente as pautas propostas pelos membros da Comissão;

IV - convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;

V - indicar, com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis, o respectivo suplente de membro cuja suspeição ou impedimento foi verificado;

- VI - autorizar a presença, nas reuniões da Comissão, de pessoas que, por si ou por entidades que representem, possam contribuir para os trabalhos da Comissão, observado o artigo 13 deste Regimento;
- VII - expedir todas as comunicações e intimações acerca das decisões tomadas pela Comissão de Apuração, ou ainda, sobre os eventuais atos processuais que deverão ser adotados em âmbito do processo administrativo;
- VIII - designar membro titular para colher novas informações que considerar relevantes, caso os elementos já disponíveis não sejam suficientes para o julgamento do processo administrativo;
- IX - colocar as matérias em votação e apurar os votos, proferindo voto de qualidade, em caso de empate;
- X - delegar competências para tarefas específicas aos membros da Comissão;
- XI - orientar e supervisionar os trabalhos do Secretário Executivo da Comissão;
- XII - representar a Comissão interna e externamente.

Artigo 11 - O Secretário Executivo prestará apoio técnico e administrativo à Comissão, ficando sob sua responsabilidade:

- I - abrir processos e respectivos volumes sequenciais, se for o caso;
- II - autuar toda a documentação pertinente aos processos administrativos;
- III - organizar, em meio eletrônico e em local específico reservado, toda documentação produzida pela Comissão, além de manter em arquivo a legislação aplicável vigente, para eventuais consultas;
- IV - prestar informações, aos membros da Comissão, sobre o estágio de execução das atividades contempladas no plano de trabalho e seus resultados, ainda que parciais;
- V - controlar todos os prazos processuais e/ou outros que forem arbitrados pela Comissão, zelando assim pelo devido processo legal, no âmbito administrativo;
- VI – organizar as agendas e confeccionar as pautas referentes às reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão;
- VII - confeccionar todas as atas referentes às reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão, bem como os demais atos administrativos que dela possam advir;
- VIII - reservar e preparar o local onde se reunirá a Comissão, providenciando todos os materiais necessários ao bom desempenho dos trabalhos, assegurando o apoio logístico à Comissão.

Parágrafo único - A ata descrita no inciso VII será lavrada, ainda que não haja reunião por falta de quórum, e, nela deverão ser mencionados: data, local e hora de abertura e de encerramento da reunião, os nomes dos membros presentes, justificativa de integrante ausente, sumário do expediente e deliberação, as quais deverão ser assinadas por todos os membros da Comissão presentes.

Artigo 12 - Aos membros da Comissão de Apuração compete, dentre outras atribuições:

- I - emitir parecer referente às matérias que lhes forem distribuídas, observadas as responsabilidades do relator;
- II - acompanhar, com o apoio do Secretário Executivo da Comissão, a elaboração de estudos e pareceres como subsídios ao processo de tomada de decisão;
- III - votar sobre os assuntos discutidos e analisados nas reuniões de modo a subsidiar o relatório conclusivo da Comissão;
- IV - apresentar sugestão de pauta para aprovação do Presidente da Comissão;
- V - definir, na primeira reunião do exercício, o plano de trabalho contendo as principais atividades a serem desempenhadas;
- VI - pedir vista de matéria em deliberação, quando necessário;

VII - propor, elaborar, acompanhar e executar as ações necessárias ao andamento dos trabalhos em parceria com as áreas pertinentes da ARTESP;

VIII - representar a Comissão de Apuração por delegação de seu Presidente.

Seção V

Da Responsabilidade dos Membros da Comissão

Artigo 13 - Os processos administrativos em trâmite pela Comissão devem obedecer ao princípio da publicidade durante toda a sua tramitação, ressalvados eventuais atos que se enquadrem nas hipóteses de sigilo previstas em lei e na Constituição da República.

Artigo 14 - Os titulares não poderão faltar, injustificadamente, por 2 (duas) reuniões sucessivas ou 3 (três) alternadas durante o exercício, sob pena de instauração de processo para eventual proposta de exclusão do membro faltoso da Comissão.

Artigo 15 - O membro da Comissão que tomar conhecimento de fato que possa ser enquadrado nos artigos 41 e 43 do Decreto nº 29.912/89 obriga-se a levar o assunto à apreciação dos demais membros, a fim de que o mesmo seja encaminhado à Diretoria de Procedimentos e Logística para instauração do respectivo processo administrativo.

Artigo 16 - O descumprimento do disposto nos artigos 13 a 15 poderá ensejar a exclusão do membro da Comissão, nos termos do artigo 8º deste Regimento Interno.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO DE APURAÇÃO

Seção I

Das Reuniões

Artigo 17 - A Comissão de Apuração se reunirá mensalmente, em sessões de duração de até 4 (quatro) horas, ou extraordinariamente, por mais de uma vez, quando circunstâncias relevantes assim o impuserem.

Artigo 18 - As reuniões da Comissão de Apuração somente serão estabelecidas com o quórum de 3 (três) membros votantes, titulares e/ou suplentes, sendo um deles o Presidente da Comissão, além do relator.

Artigo 19 - Composta a pauta das reuniões da Comissão, esta será encaminhada aos membros, juntamente com cópias dos autos, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, no caso das reuniões ordinárias, e 7 (sete) dias úteis, no caso das reuniões extraordinárias.

Parágrafo único – Fechada a pauta e enviada aos demais membros da Comissão, esta não poderá sofrer alterações com a inclusão de outros assuntos.

Seção II

Da Condução dos Trabalhos

Artigo 20 - Na condução dos trabalhos a Comissão observará as disposições da Lei Complementar nº 914/2002, da Lei estadual nº 10.177/98 e do Decreto nº 29.912/89, naquilo que não for conflitante com as primeiras.

Artigo 21 – Os processos relacionados aos artigos 41 e 43 do Decreto nº 29.912/89 deverão ser instaurados pela Diretoria de Procedimentos e Logística contendo todas as informações necessárias, juntamente com todas as provas documentais de que dispuser para a apuração do fato.

§ 1º - A Comissão poderá, dentro de suas atribuições, solicitar a oitiva de funcionários, de agentes de fiscalização, bem como de outros envolvidos nos fatos a serem apurados.

§ 2º - Após a instrução, será expedida notificação à transportadora para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados de seu recebimento, apresentar defesa, nos termos do § 2º, do artigo 50, do decreto 29.912/89.

§ 3º - Fica assegurado à empresa o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme estabelecido no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal, inclusive durante a instrução processual, nos termos do artigo 62 da Lei 10.177/98, bem como no caput do artigo 50 do Decreto 29.912/89.

§ 4º - Apresentada a defesa, havendo indicação das provas a serem produzidas, a Comissão apreciará motivadamente sua pertinência, intimando em seguida a acusada, conforme os incisos IV e V do artigo 63, da Lei nº 10.177/98.

§ 5º - O relatório conclusivo da Comissão deverá ser enviado ao Diretor Geral da ARTESP, nos termos do artigo 19, inciso XII, do Regimento Interno da Autarquia, consolidado pela Resolução ARTESP nº 02/2022.

Artigo 22 - As notificações previstas no § 2º do Artigo 21 serão por escrito e pessoais.

Artigo 23 - A Comissão poderá promover diligências e solicitar manifestações técnicas, quando julgar necessário.

Artigo 24 - O relatório conclusivo da Comissão, a ser endereçado ao Diretor Geral da ARTESP, conterà a sugestão de penalidade a ser aplicada nos termos dos artigos 41 a 43 do Decreto nº 29.912/89.

Parágrafo único - Os membros da Comissão poderão solicitar ao Presidente que registre a manifestação expressa de seus votos no relatório conclusivo quando o resultado da votação pela sugestão da penalidade não for consensual.

Artigo 25 – Em havendo dúvidas jurídicas, a Comissão de Apuração deverá ouvir a Consultoria Jurídica da ARTESP, encaminhando o processo administrativo àquele órgão consultivo.

Seção III

Dos Prazos

Artigo 26 - O processo administrativo será concluído, no âmbito da Comissão de Apuração, em até 60 (sessenta) dias contados da data de seu recebimento.

Parágrafo único – O prazo do qual trata o caput deste artigo poderá ser prorrogado por períodos iguais e consecutivos, quando as circunstâncias assim exigirem, e mediante justificativa devidamente fundamentada.

Seção IV

Dos Recursos

Artigo 27 - Da decisão proferida pelo Diretor Geral, com base no artigo 19, XII do Regimento Interno da ARTESP e nos artigos 41 a 43 do Decreto nº 29.912/89, caberá recurso, endereçado ao Conselho Diretor, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão, nos termos do inciso VII, do artigo 63, da Lei nº 10.177/98.

§1º – O recurso será apreciado pela presente Comissão previamente à deliberação pelo Conselho Diretor.

§2º - É admissível pedido de reconsideração contra a decisão do Diretor Geral, conforme o artigo 42, da Lei nº 10.177/98

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 28 - Sempre que constatada a possível ocorrência de ilícitos penais, civis, de improbidade administrativa ou de infração disciplinar, a Comissão de Apuração encaminhará os autos aos órgãos e/ou setores competentes.

Artigo 29 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor Geral da ARTESP.

Artigo 30 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

(Processo SEI nº 134.00013023/2023-18 - Anexo da Portaria ARTESP nº 82 - SEI nº 11341090)



Documento assinado eletronicamente por **Milton Roberto Persoli, Diretor Geral**, em 01/11/2023, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11348723** e o código CRC **BE7AE80B**.